



EDITAL TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2021

Processo nº: 39/2021

Modalidade: Tomada de Preços 01/2021

Edital nº: 01/2021

Tipo: Menor Preço Global.

Objeto: Refere-se à Contratação de empresa para prestação de serviços de assessoria especializada em diagnóstico técnico situacional, elaboração de projetos, realização de consultoria, orientações e auxílio na busca por estratégias de modernização da administração pública, auxiliando a gestão pública na organização e preparação de processos e documentos com o fito de captação de recursos junto a instituições financeiras para financiamento de serviços e produtos com o escopo melhorar a capacidade de gestão e eficiência administrativa, buscando aumento da receita, melhoria dos serviços prestados à população, execução de obras e infraestrutura, a depender do projeto a ser elaborado, nos termos do objeto detalhado, conforme termo de referência constante do Anexo I.

O MUNICÍPIO DE MONTE CARMELO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 18.593.103/0001-78, através da Secretaria Municipal de Fazenda com endereço à Avenida Olegário Maciel, 129 – Segundo Andar – Centro, por meio do setor de Licitações, através da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 10.854/2021, torna público aos interessados que no dia **22 de abril de 2021 às 14:00 horas**, na Sala de Licitações, situada na Avenida Olegário Maciel, 129 – Segundo Andar – Centro, nesta cidade, fará realizar, licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS do tipo “MENOR PREÇO GLOBAL”, processada nos autos do processo administrativo nº 39/2021, que será regida pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e pelas demais normas regulamentares aplicáveis à espécie e as regras deste Edital, visando a contratação de assessoria especializada em diagnóstico técnico situacional, elaboração de projetos, realização de consultoria com o fito de captação de recursos junto a instituições financeiras para financiamento, nos termos do objeto detalhado no Termo de Referência (Anexo I).

A sessão de abertura da Tomada de Preços será realizada na Sala de Licitações da Secretaria Municipal de Fazenda de Monte Carmelo – MG, com endereço à Avenida Olegário Maciel, 129 – Segundo Andar – Centro, iniciando-se às **14:00 horas do dia 22 de abril de 2021**, e será conduzida pelo Presidente da Comissão Permanente de Licitação designado pela Portaria 10.854/2021.

Os interessados deverão protocolar os envelopes contendo a documentação e propostas até às 14:00 horas do dia 22 de abril de 2021, no setor de Protocolos da Secretaria Municipal de Fazenda, situado na Avenida Olegário Maciel, 129, Primeiro Andar – Centro – Monte Carmelo – MG.

O Edital está disponível no site **www.montecarmelo.mg.gov.br**, maiores informações através do telefone 34-3842-5880, ou pelo e-mail: **licitacao@montecarmelo.mg.gov.br**.



As propostas deverão obedecer às especificações estabelecidas por este instrumento convocatório e seus anexos, que dele fazem parte integrante.

1. DO OBJETO

1.1. Constitui-se objeto deste instrumento a Contratação de Empresa para a prestação de serviços de assessoria especializada em diagnóstico técnico situacional, elaboração de projetos, realização de consultoria, orientações e auxílio na busca por estratégias de modernização da administração pública, auxiliando a gestão pública na organização e preparação de processos e documentos com o fito de captação de recursos junto a instituições financeiras para financiamento de serviços e produtos com o escopo melhorar a capacidade de gestão e eficiência administrativa, buscando aumento da receita, melhoria dos serviços prestados à população, execução de obras e infraestrutura, a depender do projeto a ser elaborado, nos termos do objeto detalhado, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA CONSTANTE DO ANEXO I.

1.2. Além de outras especificações contidas neste edital, os serviços aqui colimados serão prestados de acordo com o Objeto Detalhado e outras prescrições contidas no Termo de Referência (Anexo I);

1.3. Secretaria solicitante: Secretaria Municipal de Planejamento e Comunicação Social.

2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E IMPEDIMENTOS

2.1. A participação na licitação importa total e irrestrita submissão dos proponentes às suas condições;

2.2. Das condições gerais:

2.2.1. Somente poderão participar da presente Tomada de Preços pessoas jurídicas especializadas no ramo da atividade compatível com o objeto da licitação, legalmente constituídas, que satisfaçam as condições estabelecidas neste edital, e deverão estar cadastradas no Registro de Fornecedores do Município de Monte Carmelo;

2.2.2. Os documentos solicitados deverão ser apresentados em cópia autenticada por cartório competente;

2.2.3. A documentação e propostas deverão ser apresentadas sem emendas ou rasuras;

2.2.4. Deverão ser apresentados, unicamente, os documentos solicitados, evitando-se duplicidade e a inclusão de documentos supérfluos;

2.2.5. Somente terão direito ao uso da palavra, à rubrica de documentos e a apresentação de reclamações ou recursos, além dos membros da Comissão Permanente de Licitação, os licitantes credenciados ou a critério da Comissão de Licitação, qualquer dos presentes;

2.2.6. Não serão consideradas as propostas apresentadas após a data e horário indicados neste edital, mesmo quando remetidas por via postal;

2.2.7. Após a fase de habilitação não cabe desistência de proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão Permanente de Licitação (art. 43, § 6º da Lei nº 8.666/93);

2.2.8. Ressalvada a hipótese do item antecedente (2.2.7), devidamente comprovada, a desistência da empresa vencedora da presente licitação, o Município, a critério da Administração, poderá aplicar qualquer uma das sanções previstas pelo artigo 87 da Lei Federal nº 8666/93 e suas alterações posteriores;

2.2.9. As propostas, depois de abertas, serão irrevogáveis e irrenunciáveis;

2.2.10. Sob pena de inabilitação, todos os documentos trazidos ao certame deverão estar em nome da Licitante e, preferencialmente, com mesmos números do CNPJ e o mesmo endereço;



- 2.2.11. Se a Licitante for à matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;
- 2.2.12. Se a Licitante for à filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, forem, comprovadamente, emitidos somente em nome da matriz;
- 2.2.13. Nenhuma pessoa física ou jurídica poderá representar mais de uma licitante na presente licitação. Caso ocorra, serão as respectivas licitantes inabilitadas;
- 2.2.14. Na sessão de exame dos documentos de habilitação, se presentes todos os representantes das empresas, esses ficarão pessoal e diretamente intimados do resultado, fato que constará da respectiva ata. Em caso contrário, a intimação será feita mediante publicação da decisão.
- 2.3. Dos Impedimentos, não poderão participar da presente licitação:
- 2.3.1. Os interessados que estejam cumprindo a sanções previstas nos incisos III e IV do artigo 87 da Lei nº 8666/93;
- 2.3.2. Os profissionais, empresas e interessados que, direta ou indiretamente, se enquadrarem nas hipóteses legais dos incisos I, II e III do artigo 9º da Lei nº 8666/93;
- 2.3.3. Os consórcios de empresas (art. 33, da lei 8.666/93);
- 2.3.4. As empresas que estejam sob falência, concordata, dissolução ou liquidação;
- 2.3.5. Interessado que estiver suspenso do direito de licitar e/ou declarado inidôneo por qualquer órgão ou entidade da administração pública Federal, Estadual ou Municipal, direta ou indireta, circunstância que sujeitará o responsável, caso participe nesta condição, à pena prevista no art. 97, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93. Este veto ocorrerá em qualquer uma das fases desta licitação;
- 2.3.6. As empresas que não atendam às exigências deste Edital;
- 2.3.7. Empresa cujo sócios ou diretores pertençam, simultaneamente, a mais de uma firma licitante neste certame;

3. DO CREDENCIAMENTO

- 3.1. Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:
- 3.1.1. Tratando-se de representante legal: o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, devidamente autenticado, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;
- 3.1.2. Tratando-se de procurador: a procuração por instrumento público ou particular, este com firma reconhecida em cartório, com poderes bastantes para a devida outorga, tais como interpor recursos ao resultado da habilitação ou do julgamento das propostas, bem como praticar todos os demais atos pertinentes ao certame;
- 3.2. O representante legal e o procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto;
- 3.3. Será admitido apenas 01 (um) representante para cada licitante credenciada, de modo que cada um deles poderá representar apenas uma credenciada;
- 3.4. É facultada à Comissão, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução deste processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da habilitação ou da proposta do licitante;
- 3.5. A Comissão rejeitará de plano o licitante que não apresente concomitantemente a documentação de credenciamento e os envelopes referidos neste Edital;



- 3.6. Uma vez entregue os credenciamentos e identificados todos os licitantes presentes, a Comissão dará por encerrada a fase da recepção e não será mais permitida a participação de nenhum retardatário;
- 3.7. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o teor das propostas apresentadas, seja quanto ao preço, seja quanto a quaisquer outras condições que importem em modificações de seus termos originais;
- 3.8. A empresa que quiser se fazer representar na reunião deverá credenciar o representante, através do responsável legal, dando plenos poderes para praticar todos os atos referentes à licitação, inclusive manifestar se sobre a desistência de interposição de recurso (procuração por instrumento público ou particular). Em se tratando de sócio ou diretor da licitante, a comprovação poderá ser feita por qualquer outro documento idôneo.

4. DA HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

- 4.1. Toda documentação de habilitação apresentada em fotocópia deverá ser autenticada em cartório, e poderá ser solicitada também em original, para conferência no prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 4.2. Os licitantes, por meio de seus representantes legais, poderão comparecer no dia, hora e local mencionados neste Edital para participarem dos trabalhos de realização do certame, devendo para tanto, entregar à CPL, a documentação e a proposta em envelopes separados e lacrados sobre o fecho, contendo em sua parte externa e fronteira, além da razão social da proponente os dizeres:

ENVELOPE 01 - DOCUMENTAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO
TOMADA DE PREÇOS Nº. 01/2021
PROCESSO Nº 39/2021
NOME DA LICITANTE:
CNPJ:

ENVELOPE 02 – PROPOSTA DE PREÇOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO
TOMADA DE PREÇOS Nº. 01/2021
PROCESSO Nº 39/2021
NOME DA LICITANTE:
CNPJ:

- 4.3. O envelope 01 - "DOCUMENTAÇÃO" deverá conter obrigatoriamente, sob pena de inabilitação da proponente, a documentação abaixo discriminada:

4.3.1. **Habilitação Jurídica:**

- a) Cópia da cédula de identidade do representante legal (diretor, sócio ou superintendente) da empresa ou firma licitante, ou procuração outorgada para o representante legal da licitante, no caso de representação;
- b) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais;
- d) Documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada na alínea "c", deste subitem;



e) Ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

f) Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir;

g) Declaração de comprovação, exigida somente para microempresas e empresas de pequeno porte, de enquadramento em um dos dois regimes, caso pretenda beneficiar-se, na forma do disposto na Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006, conforme modelo constante no Anexo IX deste edital.

4.3.2. Os documentos relacionados nas alíneas "a" a "e" deste subitem 4.3.1 não precisarão constar do Envelope "Documentos de Habilitação", se tiverem sido apresentados para o credenciamento.

4.3.3. **Regularidade fiscal e declarações:**

a) Prova de inscrição do CNPJ;

b) Cópia da cédula de identidade e CPF do(s) proprietário(s) da empresa licitante;

c) Provas de regularidade para com a Fazenda Pública Federal, mediante Certidão da Dívida Ativa da União e Quitação de Tributos Federais, expedida pela Secretaria da Receita Federal;

d) Prova de regularidade com a Fazenda Pública Estadual da sede do licitante;

e) Prova de regularidade com a Fazenda Pública Municipal da sede do licitante;

f) Prova de regularidade com o FGTS;

g) Prova de regularidade junto à Justiça Trabalhista;

h) Declaração que não emprega menores nas condições do inciso XXXIII, art. 7º da Constituição Federal (Anexo VI);

i) Declaração de Ciência do Pleno Cumprimento das Exigências do Edital (Anexo VII);

j) Certificado de Cadastro de Fornecedor para fins da Tomada de Preços nº 01/2021 emitido pela Comissão Permanente de Licitação, (CRC).

4.3.4. **Qualificação técnico-profissional:**

a) Para fins de comprovação de qualificação técnica, exigir-se-á dos interessados, sob pena de inabilitação, documentação relativa a:

a.1) Possuir equipe técnica integrada por profissionais com experiência no âmbito público e que comprove ter simultaneamente:

- No mínimo 01 (um) Economista;

- O vínculo da equipe técnica pode ser comprovado através de carteira de trabalho, quadro societário e contrato de prestação de serviços.

a.2) Apresentar atestado de capacidade técnica que comprove aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com as características do objeto da licitação, estabelecidas no termo de referência, através da apresentação de atestados de desempenho anterior, demonstrando como parcela de maior relevância técnica a execução dos serviços relacionados abaixo, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrados no Conselho Regional de Economia - CORECON:

i. Projeto BNDES Automático;

ii. Projeto BNDES FINEM – Modalidade Operação Direta;



iii. Projeto FINISA – FINANCIAMENTO À INFRAESTRUTURA E AO SANEAMENTO, da Caixa Econômica Federal - CAIXA.

a.3) Poderão ser juntados outros documentos que corroborem com a qualificação, técnica e especialidade da empresa e da equipe técnica.

4.3.5. **Qualificação econômico-financeira:**

a) Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica licitante, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física, com data não superior a 60 dias da data da abertura desta licitação.

5. DA PROPOSTA DE PREÇO – ENVELOPE “2”

5.1. A proposta deverá ser elaborada em 01 (uma) via impressa em papel timbrado da empresa, preferencialmente em formato A-4, com carimbo contendo o CNPJ da mesma, em linguagem clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente assinada, com folhas encadernadas e numeradas, obedecendo a ordem da documentação expressa no item 5.1. A proposta de preço deverá conter:

a) Razão social, CNPJ, endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail) da proponente, este último se houver para contato;

b) O prazo para execução dos serviços é de 12 (doze) meses a partir da assinatura do contrato, conforme o Termo de Referência, contados da emissão da ordem de serviços;

c) Valor da proposta em algarismo e por extenso, prevalecendo o último, em caso de divergência;

d) Prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da abertura dos envelopes de proposta de preço. Caso não seja indicado, considerar-se-á válido por 60 (sessenta) dias;

e) Assinatura da(s) pessoa(s) juridicamente habilitada(s);

5.2. Serão desclassificadas as propostas que:

a) Não atenderem as exigências do edital de convocação;

b) Apresentarem preços excessivos ou manifestamente inexequíveis, nos moldes da lei de licitação, art. 48 e seus incisos e parágrafos;

c) Propostas que apresentarem em sua composição, em qualquer fase do certame, com cópias de documentos sem a devida autenticação em cartório;

d) Apresentem preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero incompatíveis com os preços de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, bem como preços unitários que apresentem valores manifestadamente excessivos, em desconformidade, portanto, com aqueles praticados no mercado.

5.3. Do valor estimado:

a) A presente contratação tem o valor global estimado em R\$ 161.000,00 (Cento e Sessenta e Um Mil Reais);

b) O valor estimado foi encontrado através de pesquisas de mercado, realizada com empresas do ramo.

6. DO PROCEDIMENTO

6.1. A abertura dos envelopes de "DOCUMENTAÇÃO" e "PROPOSTA DE PREÇOS" será sempre em ato público, previamente designado, do qual se lavrará ata circunstanciada, que



será assinada pelos representantes das licitantes participantes presentes à reunião, que assim o desejarem, e pelos membros da Comissão Permanente de Licitação;

6.2. Todos os envelopes, documentação e propostas, serão rubricados pelos representantes das licitantes participantes presentes à reunião, que assim o desejarem, e pelos membros da Comissão Permanente de Licitação;

6.3. Após os envelopes serem rubricados, conforme item pretérito, proceder-se-á a abertura dos envelopes contendo a documentação relativa à habilitação e qualificação dos concorrentes e sua apreciação;

6.4. Sendo feita a apreciação da documentação referente à habilitação e qualificação, e, vindo a ser inabilitado algum concorrente por ausência ou desconformidade dos documentos com as normas estabelecidas neste edital e/ou na Lei 8.666/93, serão devolvidos os envelopes com as propostas, desde que não tenha havido recurso ou após sua denegação;

6.5. Havendo manifestação de vontade de recorrer da decisão da Comissão, à(s) licitante(s) será outorgado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentar(em), por escrito, razões fundamentadas, na forma do art. 109 da Lei 8.666/1993. Julgados os recursos(s) referente(s) à habilitação, que terá(ao) efeito suspensivo, a Comissão comunicará o resultado à(s) licitante(s) designando nova data para abertura dos envelopes nº 02 – Propostas. O processamento dos recursos se dará nos termos do item 8;

6.6. Após a verificação da documentação e proferido o resultado da fase de habilitação, havendo concordância por parte dos representantes de todas as empresas participantes quanto à desistência expressa do respectivo prazo recursal, a Comissão Permanente de Licitação poderá passar, imediatamente, na mesma reunião, à abertura dos envelopes de propostas de preços;

6.7. Somente serão abertos, os envelopes contendo as propostas dos licitantes habilitados;

6.8. Ultrapassada a fase de habilitação dos concorrentes e abertas as propostas, não cabe desclassificá-los por motivo relacionado com a habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento;

6.9. Após a fase de habilitação, não cabe desistência de proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão, também nos termos do subitem 2.2.7 deste edital.

7. DA SESSÃO DE ABERTURA E DO JULGAMENTO

7.1. A abertura dos envelopes contendo a documentação de habilitação e a proposta de preço será realizada em sessão pública, a ser realizada conforme estabelecido no preâmbulo deste edital, da qual se lavrará ata circunstanciada e assinada pela Comissão de Licitação e pelos participantes;

7.2. Iniciada a sessão de abertura e analisados os termos de credenciamento, serão lançados em ata os nomes dos representantes das licitantes presentes;

7.3. A Comissão de Licitação fará a abertura dos envelopes nº 1, contendo a documentação de habilitação, que será conferida e examinada pela Comissão de Licitação podendo ser numerada nesta ocasião, sendo necessariamente rubricada pela Comissão e pelas licitantes presentes, ou seus respectivos credenciados;

7.4. Verificado o atendimento ou não das exigências habilitatórias, a Comissão de Licitação fará o julgamento da habilitação, da qual dará ciência direta às licitantes, caso todos estejam devidamente representados na sessão, lavrando-se em ata, na forma do § 1º do art. 109 da Lei nº 8666/93; caso alguma das licitantes não tenha representante presente à sessão, a mesma será suspensa para a devida publicação da decisão;



- 7.5. Caso todos os licitantes tenham representantes presentes à sessão, a Comissão de Licitação proporá que todos renunciem ao direito de interpor recurso, o que, se ocorrer, permitirá à Comissão abrir os envelopes contendo as propostas de preço (envelope 2);
- 7.6. No julgamento das propostas, a Comissão Permanente de Licitação levará em conta, o interesse do serviço público, o tipo “menor preço”, atendidas as especificações do Edital e anexos;
- 7.7. Após análise da conformidade das propostas com o estabelecido, será declarada como mais vantajosa para a Administração a oferta de “menor preço”;
- 7.8. Será desclassificada a proposta que estiver em desacordo com as condições e especificações deste Edital e/ou da Lei 8.666/93, e suas alterações posteriores;
- 7.9. Será desclassificada a proposta que apresentar preço total manifestamente inexequível ou exorbitante, nos termos do art. 48 da Lei 8.666/93;
- 7.10. A firma vencedora será aquela que apresentar o menor preço total do serviço;
- 7.11. Não serão aceitas reivindicações pleiteando adicional de preço por falta ou omissão que porventura vier a ser verificada na proposta, ou pedido de desconsideração da mesma, por razões semelhantes;
- 7.12. Não se aceitará proposta que apresente quaisquer ofertas de vantagens não previstas neste Edital, ou percentual de redução sobre a proposta de menor preço, exceto nos casos previstos em Lei;
- 7.13. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, após obedecido o disposto no § 2º do Art. 3º da Lei 8.666/93, e a Lei Complementar 123/2006 será utilizado o sorteio, em ato público, com a convocação prévia de todos os licitantes;
- 7.14. Entende-se como empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pela microempresa, pela empresa de pequeno porte ou equiparada, sejam iguais ou superiores em até 10% (dez por cento) à proposta de menor valor;
- 7.15. A situação de empate somente será verificada após ultrapassada a fase recursal da proposta, seja pelo decurso do prazo sem interposição de recurso, ou pelo julgamento definitivo do recurso interposto;
- 7.16. Ocorrendo o empate, na forma do item anterior, proceder-se-á da seguinte forma:
- a) A microempresa ou empresa de pequeno porte ou a cooperativa, detentora da proposta de menor valor, poderá apresentar, no prazo de 02 (dois) dias, nova proposta, por escrito, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame;
 - b) Se a microempresa ou empresa de pequeno porte ou a cooperativa, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas e empresas de pequeno porte, que se enquadrarem no prazo e na forma prevista na alínea a deste item;
 - c) Se houver duas ou mais microempresas e/ou empresas de pequeno porte e/ou cooperativa com propostas iguais, será realizado sorteio para estabelecer a ordem em que serão convocadas para a apresentação de nova proposta, na forma das alíneas anteriores.
- 7.17. Se nenhuma microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, satisfizer as exigências deste edital, será declarado vencedor do certame o licitante detentor da proposta originariamente de menor valor;
- 7.18. As demais hipóteses de empate terão como critério de desempate o sorteio, em ato público, com a convocação prévia de todos os licitantes;



7.19. A Administração reserva-se o direito de anular a licitação, sempre que o interesse público possa ser prejudicado, sem que assista aos proponentes o direito de qualquer reclamação ou indenização.

8. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS E DA IMPUGNAÇÃO

8.1. Decairá do direito de impugnar os termos do presente Edital a licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura do ENVELOPE '1' – Documentação de Habilitação, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso;

8.2. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar o Edital de Licitação por irregularidade na aplicação de dispositivos da Lei Federal n.º 8.666/93, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para abertura do ENVELOPE '1', devendo a Administração julgar e responder a impugnação, sem prejuízo do disposto no § 1º do art. 113 da mencionada Lei;

8.3. Após cada fase da Licitação, os autos do processo ficarão à disposição dos interessados para vistas, pelo prazo necessário à interposição de recursos;

8.4. Os recursos e impugnações a este Edital deverão ser protocolados no setor de Protocolos da Secretaria Municipal de Fazenda, situado na Avenida Olegário Maciel, 129, Primeiro Andar – Centro – Monte Carmelo – MG, no horário: 8h00 às 11h30 e das 13h30 às 17h00 não sendo aceito o envio por fax ou outro meio eletrônico;

8.5. Os recursos referentes à habilitação, à inabilitação e ao julgamento das propostas serão recebidos com efeito suspensivo, não o sendo nos demais casos;

8.6. O recurso será dirigido a PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informados, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso;

8.7. Interposto o recurso, será comunicado às demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis;

8.8. Os recursos e impugnações interpostos fora do prazo legal não serão conhecidos.

9. DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

9.1. A licitação de que trata o presente Edital, poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovada, ou deverá ser anulada por ilegalidade pela autoridade competente da PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO - MG, nos termos do art. 49, da Lei 8.666/93, sem que, em decorrência de qualquer dessas medidas, tenham os participantes direito à indenização, compensação ou reclamação de qualquer natureza.

10. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente licitação ocorrerão à conta da seguinte dotação orçamentária: 02.02.61.01.04.121.4001.00.2.991.3.3.90.39.99.0010 – F720 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

11. DA HOMOLOGAÇÃO/ ADJUDICAÇÃO

11.1. Transcorrido o prazo recursal e decididos os recursos eventualmente interpostos, o processo licitatório será submetido à apreciação da autoridade competente para homologação e adjudicação do objeto à licitante vencedora, convocando-a, após, para firmar as obrigações assumidas mediante contrato, dando-lhe a devida publicação.



12. DO CONTRATO, DA NOTA DE EMPENHO

- 12.1. A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante assinatura de contrato, cuja minuta constitui o Anexo II do presente ato convocatório;
- 12.2. O contrato entrará em vigor na data da sua assinatura e expirará em 12 (doze) meses – salvo se em o adjudicado se comprometer a terminar os serviços em prazo menor, podendo ser prorrogado, mediante consenso das partes, observado o disposto no art. 57 da Lei 8.666/93;
- 12.3. Fica a licitante vencedora convocada a retirar a Nota de Empenho em até 09 (nove) dias úteis a contar da notificação de sua liberação, que será comunicada, pela Secretaria Municipal de Fazenda, à empresa adjudicatária;
- 12.4. O recebimento da nota de empenho, ainda que fora do prazo de validade da proposta, implicará, na plena ratificação de suas condições, para todos os efeitos;
- 12.5. Fica a licitante vencedora convocada a assinar o termo contratual/receber nota de empenho, no prazo de 09 (nove) dias úteis, a contar de sua notificação, em conformidade com o disposto no art. 64 da Lei 8.666/93;
- 12.6. No caso da não retirada da nota de empenho ou assinatura do contrato no prazo estabelecido, sem justa causa, o Município convocará os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, estando o adjudicatário sujeito à multa de 2% (dois por cento) do valor adjudicado e suspensão pelo prazo de 02 (dois) anos de contratar com o Município de Monte Carmelo;
- 12.7. Se quando da emissão da nota de empenho, os documentos comprobatórios de situação regular junto ao INSS e FGTS, apresentados em atendimento às exigências de habilitação, estiverem com validade expirada, a empresa deverá providenciar a apresentação de novos documentos dentro do prazo de validade.

13. DA RESCISÃO

- 13.1. Constituem motivos para a rescisão do contrato as situações previstas nos artigos 77 e 78, na forma do artigo 79, inclusive com as consequências do artigo 80 da Lei nº 8.666/93, nos seguintes termos:
- a) O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;
 - b) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;
 - c) A lentidão no cumprimento do contrato, levando a CONTRATANTE a concluir pela impossibilidade da prestação do serviço no prazo estipulado;
 - d) O atraso injustificado no início da prestação dos serviços;
 - e) A paralisação dos serviços sem justa causa ou prévia comunicação ao CONTRATANTE;
 - f) A subcontratação total do objeto, a cessão ou transferência total das obrigações contraídas, bem como a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA que afetem a boa execução do contrato, sem prévio conhecimento e autorização da CONTRATANTE;
 - g) O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas em registro próprio, pelo representante do CONTRATANTE designado para acompanhamento e fiscalização deste contrato;
 - h) A decretação da falência da CONTRATADA;
 - i) A dissolução da CONTRATADA;



- j) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa da CONTRATANTE, e exaradas no processo administrativo a que se refere este contrato;
 - k) A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo no caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
 - l) O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE decorrentes do fornecimento efetuado, salvo no caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurada à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
 - m) A ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução deste contrato.
- 13.2. A rescisão deste contrato poderá ser, nos termos do art. 79, da Lei 8.666/93:
- a) Determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, observado o disposto no artigo 109, Inciso I, letra “e”, da Lei de Licitações;
 - b) Amigável, por acordo entre as partes, formalizada a intenção com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE;
 - c) Judicial, nos termos da legislação vigente.

14. DAS SANÇÕES

14.1. O descumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA, sem justificativa aceita pela CONTRATANTE, resguardados os preceitos legais pertinentes, poderá acarretar as seguintes sanções administrativas:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação, e impedimento de contratar com a administração pública, por prazo não superior a 05 (cinco) anos, e dosada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a contratante pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

Parágrafo Primeiro - A multa é a sanção pecuniária imposta à CONTRATADA por atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais:

I. 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso injustificado, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplida, a contar do primeiro dia útil da data fixada para a entrega do serviço até o limite de 30 (trinta) dias de atraso;

II. 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, a partir do trigésimo primeiro dia de atraso, sobre o valor



correspondente à parte inadimplida, sem prejuízo da rescisão deste contrato a partir do sexagésimo dia de atraso;

III. 5% (cinco por cento) em caso de recusa parcial ou total na entrega de material ou recusa na conclusão do serviço, calculado sobre a parte inadimplida;

IV. 10% (dez por cento) sobre o valor estimado deste contrato, em caso de recusa injustificada, sem prejuízo da rescisão deste contrato;

V. 20% (vinte por cento) sobre o valor deste contrato, em caso de sua inexecução total ou parcial;

Parágrafo Segundo - A multa será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666/93 e será executada após regular processo administrativo, oferecido à CONTRATADA a oportunidade de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do § 3º do art. 86 da Lei nº 8.666/93, observada a seguinte ordem:

- a) Mediante desconto no valor da garantia deste contrato;
- b) Mediante desconto no valor das parcelas devidas à contratada;
- c) Não havendo a possibilidade da adoção do previsto na alínea anterior, o setor de tributação, emitirá guia para recolhimento da multa e a unidade de gestão do contrato convocará o preposto da empresa para efetuar o pagamento no prazo de 05 (cinco) dias;
- d) Caso persista o débito, a Administração providenciará a inscrição do débito na Dívida Ativa do Município;

Parágrafo Terceiro - A declaração de inidoneidade permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que a aplicou, e será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes de sua conduta e após decorrido o prazo da sanção.

15. DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação;

15.2. Os casos omissos e pendências que não estejam contempladas pelo texto do presente Edital, serão resolvidos pela Comissão de Licitação à luz da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações;

15.3. Somente os membros da Comissão de Licitação e os representantes credenciados dos licitantes terão o direito de usar da palavra, rubricar propostas, apresentar reclamações ou recursos, ou mesmo desistir deles, e assinar a Ata;

15.4. Caso haja necessidade de execução de serviços cujos preços não constarem da proposta contratada, os mesmos serão definidos pela Prefeitura, após solicitação e de acordo da Proponente, formalizados através de Termo Aditivo;

15.5. O Recebimento dos serviços objeto deste edital serão recebidos definitivamente pela administração posterior à fiscalização por meio da liquidação das notas enviadas, nos termos do art. 73, I, “a”, da lei 8.666/93;

15.6. A fiscalização do contrato vindouro ficará a cargo do Controle Interno e de servidor/gestor especialmente designado para tanto, segundo o Termo de Referência anexo a este edital;

15.7. Todos os horários constantes deste Edital têm como referência o horário oficial de Brasília;



15.8. Fica eleito o FORO para discussão deste Edital e do futuro contrato o da Cidade de Monte Carmelo – MG, para dirimir as divergências oriundas desta licitação, com expressa renúncia de qualquer outro por mais vantagem que ofereça.

16. CONSTITUEM ANEXOS DESTE EDITAL:

ANEXO I: TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II: MINUTA CONTRATUAL;

ANEXO III: MODELO DE CREDENCIAMENTO;

ANEXO IV: MODELO RESUMO DA PROPOSTA DE PREÇO;

ANEXO V: MODELO DE DECLARAÇÃO DA INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO;

ANEXO VI: DECLARAÇÃO DE EMPREGABILIDADE DE MENORES DE 18 ANOS;

ANEXO VII: DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO E ACEITABILIDADE DAS CONDIÇÕES DO EDITAL;

ANEXO VIII: DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA AO DIREITO DE INTERPOR RECURSO;

ANEXO IX: DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA (ME) OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP);

Para conhecimento de todos, lavrou-se o presente Edital que será publicado no Site da Prefeitura Municipal de Monte Carmelo, estando a Comissão à disposição dos interessados no horário de 08h00min às 11h30min, e das 13h30min às 17h00min, nos dias de expediente normal.

Monte Carmelo /MG, 30 de março de 2021.

Ana Paula Pereira
Secretária Municipal de Fazenda

Iscleris Wagner Gonçalves Machado
Presidente da CPL



ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº: 39/2021

Modalidade: Tomada de Preços 01/2021

Edital nº: 01/2021

Tipo: Menor Preço Global.

1. DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO - Refere-se à Contratação de empresa para prestação de serviços de assessoria especializada em diagnóstico técnico situacional, elaboração de projetos, realização de consultoria, orientações e auxílio na busca por estratégias de modernização da administração pública, auxiliando a gestão pública na organização e preparação de processos e documentos com o fito de captação de recursos junto a instituições financeiras para financiamento de serviços e produtos com o escopo melhorar a capacidade de gestão e eficiência administrativa, buscando aumento da receita, melhoria dos serviços prestados à população, execução de obras e infraestrutura, a depender do projeto a ser elaborado, nos termos do objeto detalhado abaixo:

1.1. DO DETALHAMENTO DO OBJETO - O objeto resumido acima descrito compreenderá a execução dos seguintes serviços detalhados a seguir:

1.1.1. Diagnóstico Técnico Situacional: O diagnóstico técnico situacional visa uma análise criteriosa sobre diversas áreas da gestão municipal, passando pela estrutura física, de software, legislativa e humana da administração, buscando identificar possíveis fragilidades que possam ser sanadas através de projetos técnicos que visam financiamentos abertos de instituições financeiras, sendo feita as seguintes atividades de verificação:

- a) Levantamento de dados sobre a estrutura física, financeira e de pessoal do Município com o fim de identificar as principais fragilidades que dependem de investimento;
- b) Análise de informações sobre o cadastro imobiliário, mobiliário e multifinalitário visando apurar eventual precariedade estrutural que dependa de recursos financeiros;
- c) Verificação da situação fundiária do Município para possível implantação de projetos de regularização ou atualização;
- d) Análise relativa à capacidade de pagamento do financiamento, bem como, capacidade de aumento de receitas e/ou de prestar serviços à população;
- e) Análise financeira dos dados contábeis, financeiros e de gestão;
- f) Análises legislativas quanto ao plano diretor, tributos municipais, organização administrativa, buscando organização física, de software e de pessoal para melhoria da arrecadação e da gestão da cidade;
- g) Análises de informações sobre frotas veiculares do Município quanto, quanto ao seu estado, usabilidade, tempo de uso e quanto à necessidade de novos equipamentos, máquinas agrícolas, veículos de transporte escolar e hospitalares, entre outros;
- h) Verificação de infraestrutura de rede de dados e interação intramuros entre os órgãos municipais, bem como, interação entre os cidadãos (e contribuintes) com o poder público pelos meios eletrônicos;
- i) Identificação e estabelecimento das carências da gestão municipal no decorrer do processo de análise e diagnóstico;



1.1.2. Elaboração de Projeto: A partir do diagnóstico técnico setorial, a empresa elaborará projeto voltado para o principal setor da gestão municipal onde encontrar fragilidades que possam ser sanadas com financiamento. O projeto obedecerá ao padrão do que for exigido pela instituição destinatária da captação de recurso e atenderá ainda o seguinte:

- a) Qualificação do requerente e da instituição;
- b) Definição do programa de investimento mais adequado e economicamente viável disponibilizados pelas instituições financeiras, de acordo com o plano de ação desenvolvido, considerando a realidade e necessidade do Município;
- c) Avaliação econômico-financeira do projeto em vista da capacidade financeira do município quanto ao grau de endividamento, alavancagem e retornos esperados;
- d) Caracterização da Operação;
- e) Apresentação de histórico do pleiteante, dados da gestão e problemas existentes que o projeto visa resolver;
- f) Indicação dos objetivos buscados;
- g) Indicação de metodologias de execução;
- h) Apresentação de indicadores, metas e formas de avaliação;
- i) Estabelecimento de prazos e cronogramas;
- j) Criação de orçamento;
- k) Apresentação de anexos com documentos, fotos e arquivos;
- l) Apresentação de outros documentos e dados necessários e úteis para análise da instituição.

1.1.3. Orientações para Preparação de Processo e Acompanhamento: Após a formalização do projeto juntamente com seus anexos nos moldes exigidos pela instituição financeira destinatária, o contratado deverá providenciar ainda a preparação do processo a ser protocolado na instituição, dando orientações à administração e fazendo o acompanhamento processual, abrangendo as seguintes atividades:

- a) Orientar a gestão pública na juntada de documentos suplementares;
- b) Assessorar os servidores públicos quanto ao levantamento de informações necessárias para subsidiar o projeto e eventuais diligências para suprir informações;
- c) Realizar acompanhamento do projeto encaminhado à instituição financeira de forma semanal, buscando identificar o andamento e repassar informações à Administração;
- d) Orientar a Administração quanto aos procedimentos posteriores ao deferimento do projeto de financiamento, indicando as etapas de execução e prestação de contas;
- e) Sanar dúvidas da Administração a qualquer momento, dentro da validade contratual, sobre os trabalhos desenvolvidos pela contratada.

2. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO E CRONOGRAMA

2.1. Os serviços serão prestados pelo regime de execução indireta – empreitada por preço global, na qual será observada a seguinte forma e condições de prestação:

2.1.1. Levantamento de dados para Diagnóstico:

- a) Prazo: 30 dias a partir da emissão da ordem de serviço;
- b) Metodologia: pedido de dados e documentos aos servidores municipais, análises econômico-financeiras e estruturais, consolidação de informações de acordo com as especificações a serem acostados ao projeto;
- c) Comprovante da Etapa: apresentação de relatório;

2.1.2. Elaboração e Definição do Projeto e sua Área:

- a) Prazo: 60 dias após o encerramento da etapa de diagnóstico;



- b) Metodologia: definição do programa de investimento mais adequado às necessidades identificadas; aplicação das regras específicas exigidas pela instituição financeira destinatária do projeto; e, aplicação de exigências contidas neste termo;
- c) Comprovante da Etapa:
 - i - apresentação de um pré-projeto em até 30 dias depois da fase de levantamento e, após aprovação pela administração;
 - ii - apresentação de projeto final em até 30 dias após a aprovação do pré-projeto para encaminhamento;

2.1.3. Preparação de Processo e Acompanhamento para Aprovação:

- a) Prazo:
 - i - 30 dias para preparação do processo e protocolo do projeto final;
 - ii - Do protocolo do projeto até o prazo máximo de vigência contratual ou a aprovação pela instituição, o que vier antes;
- b) Metodologia: orientações, saneamento de dúvidas, envio de informações procedimentais, diligências, entre outras;
- c) Comprovante da Etapa: saneamento de dúvidas, respostas a eventuais diligências, boletins de informação de andamento processual, etc.;

2.2. As etapas e condições acima descritas não impedem a contratada de realizar e empregar outros tipos de metodologias úteis ao resultado final dos serviços, bem como, que possam encurtar o prazo de entrega dos serviços, respeitando a qualidade exigida;

2.3. Resultados Esperados:

- a) Apuração realista das necessidades municipais para a correta alocação dos esforços em conseguir financiamento;
- b) Apresentação de projeto apropriado à realidade e carência municipal, de acordo com os levantamentos prévios realizados;
- c) Agilidade nos processos e atividades executadas;
- d) Melhor controle das necessidades dos setores de atuação da Administração perante a população, possibilitando um melhor conhecimento da situação econômica, financeira, social e técnica do Município;
- e) Melhoria da eficiência municipal na entrega de bens e serviços à população, bem como, melhor qualidade de tais benefícios à sociedade;
- f) Melhoria na capacidade de gestão de projetos e gestão financeira;
- g) Execução dos projetos de acordo com o planejamento voltado à área identificada;
- h) Captação de recursos financeiros com instituição financeira;
- i) Implantação dos projetos realizados para a captação dos recursos;
- j) Entre outros relacionados ao objeto contratado.

3. DA JUSTIFICATIVA

3.1. O Município de Monte Carmelo, apresenta carência de recursos em diversas áreas, tendo a maior parte das receitas públicas voltadas para pagamento de dívidas, folha de servidores (ativos e inativos), aplicação e índices constitucionais obrigatórios (saúde e educação), sobrando pouquíssimo dinheiro para investimentos em outras áreas que também necessitam de atuação;

3.2. Nestes termos, a presente contratação busca prestação de serviços que auxiliarão o Município a: dentro de sua capacidade e realidade, estabelecer o foco na área (ou áreas) de maior carência e que dependem de investimentos abarcados por linhas de créditos abertos por instituições financeiras, e, após identificadas estas necessidades e os respectivos



financiamentos, que a contratada possa assessorar o Município à preencher os critérios legais e burocráticos para ter acesso aos recursos que possam mitigar suas necessidades;

3.3. Assim, a contratação de assessoria, que tenha experiência técnica na captação destes recursos, são de extrema relevância para a Administração, visto que encurtará os caminhos e tratar maior qualidade aos projetos realizados, compatíveis com a realidade municipal, auxiliando no acréscimo de receitas mediante financiamento de projetos em áreas sensíveis e essenciais para o desenvolvimento local.

4. DO VALOR ESTIMADO FORMA DE PAGAMENTO DO OBJETO E DA DOTAÇÃO.

4.1. Do Valor Estimado:

4.1.1. A presente contratação tem o valor global estimado em R\$ 161.000,00 (Cento e Sessenta e Um Mil Reais);

4.1.1.1. O valor estimado foi encontrado através de pesquisas de mercado, realizada com empresas do ramo.

4.2. Forma de Pagamento:

4.2.1. À adjudicatária, serão os pagamentos divididos e efetuados da seguinte forma:

a) **60% do valor global adjudicado**, correspondente a: (R\$ - conforme valor adjudicado à vencedora), divididos em 04 parcelas mensais, sucessivas e iguais de: (R\$ - conforme valor adjudicado à vencedora). Pagas nas seguintes etapas:

- a. Relatório de Levantamento de Dados;
- b. Apresentação do Pré-projeto para aprovação;
- c. Apresentação do Projeto;
- d. Protocolo na instituição.

*Se o contratado finalizar os serviços antes, serão adiantados os pagamentos com a conclusão das etapas e aprovação do projeto.

b) **40% do valor global adjudicado**, correspondente a: (R\$ - conforme valor adjudicado à vencedora), pago em parcela única após a aprovação do projeto pela instituição financeira destinatária.

4.2.2. Os pagamentos serão realizados em até 10 (dez) dias após a apresentação da nota fiscal, acompanhada das certidões que tratam o art. 29 da Lei 8.666/93, conforme parcelas descritas no subitem 4.2.1.

4.3. Da Dotação Orçamentária:

4.3.1. As despesas para a presente contratação, está vinculada à secretaria Solicitante, Secretaria Municipal de Planejamento e Comunicação Social;

4.3.2. Para a contratação nos valores especificados acima fica reservada a seguinte dotação orçamentária consignada no orçamento de 2021: 02.02.61.01.04.121.4001.00.2.991.3.3.90.39.99.0010 – F720 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

5. DOS DEVERES DA CONTRATADA E DO CONTRATANTE

5.1. São Obrigações da CONTRATADA:

- a) Prestar os serviços de maneira compatível com as regras contratuais, mormente quanto ao objeto (cláusula primeira) e à metodologia de prestação (cláusula segunda);
- b) Executar os serviços com técnica, mantendo equipe técnica preparada e especializada para assessorar o Município nas questões atinentes ao objeto;



- c) Manter a administração ciente dos andamentos e das etapas previstas neste termo e comunicar quanto à necessidade de providência específicas a cargo da CONTRATANTE;
- d) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, obrigações assumidas, nem subcontratar, exceto em condições expressa e previamente autorizadas pela administração;
- e) Expedir todos os relatórios e formalizar projetos, bem como, juntar estes ou relatório de execução de serviços para comprovação dos serviços executados;
- f) Manter durante toda a execução contratual as condições de regularidade e habilitação que motivaram sua contratação, mormente quanto à equipe técnica especializada.

5.2. São Obrigações do CONTRATANTE:

- a) Disponibilizar para a CONTRATADA: informações e documentos necessários para que a assessoria seja realizada em tempo hábil para cumprimento das obrigações contratuais e contábeis perante os órgãos de controle externo, sendo responsabilidade do CONTRATANTE penalizações por entregas intempestivas;
- b) Disponibilizar servidores para tratar diretamente com a CONTRATADA, possibilitando uma celeridade no levantamento de informações, na elaboração do projeto e na conclusão dos serviços;
- c) Fiscalizar a execução contratual em cada liquidação da despesa através de seus servidores, gestor de contratos e gestores das secretarias vinculadas;
- d) Notificar a CONTRATADA execução de serviços em desconformidade com o objeto e metodologias descritas neste contrato, para que, sendo o caso, abrir processo para apurar eventuais irregularidades;
- e) Realizar o pagamento dos valores contratados de forma mensal, dentro do prazo estabelecido neste contrato, conforme condições de pagamento destacados no item 4.2 (forma de pagamento).

6. DOS DOCUMENTOS ESSENCIAIS À VERIFICAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO

6.1. Além da habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista e qualificação econômico-financeira descritas na Lei 8.666/93, art. 27 e seguintes, para comprovação da qualificação técnica o interessado deverá demonstrar o seguinte:

a) Possuir equipe técnica integrada por profissionais com experiência no âmbito público e que comprove ter simultaneamente:

i. No mínimo 01 (um) Economista;

1. O vínculo da equipe técnica pode ser comprovado através de carteira de trabalho, quadro societário e contrato de prestação de serviços.

b) Apresentar atestado de capacidade técnica que comprove aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com as características do objeto da licitação, estabelecidas no termo de referência, através da apresentação de atestados de desempenho anterior, demonstrando como parcela de maior relevância técnica a execução dos serviços relacionados abaixo, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrados no Conselho Regional de Economia - CORECON:

i. Projeto BNDES Automático;

ii. Projeto BNDES FINEM – Modalidade Operação Direta;

iii. Projeto FINISA – FINANCIAMENTO À INFRAESTRUTURA E AO SANEAMENTO, da Caixa Econômica Federal - CAIXA.

6.2. Poderão ser juntados outros documentos que corroborem com a qualificação, tecnicidade e especialidade da empresa e da equipe técnica.



7. DO PRAZO PARA EXECUÇÃO DO CONTRATO

7.1. O prazo para a execução dos serviços descritos no contrato será de até 12 meses observando se a vigência do contrato;

7.2. Os serviços serão executados na forma do item 2, deste termo, sendo o objeto recebido de forma mensal através do relatório de serviços e nota fiscal, nos termos do art. 73 da Lei 8.666/93.

8. DA FISCALIZAÇÃO E DAS SANÇÕES

8.1. A fiscalização do presente contrato será realizada pelo fiscal de contrato nomeado pela Secretaria Municipal Planejamento e Comunicação Social, o qual será responsável pelo acompanhamento do cumprimento das obrigações assumidas neste contrato, reporte de situações anômalas, nos termos do art. 67 da Lei 8.666/93, entre outras competências disciplinadas por ato do Executivo;

8.2. Em caso de desvios do objeto ou das obrigações assumidas, nos termos do art. 77 e seguintes da Lei 8.666/93, a CONTRATADA poderá ser sancionada, após regular processo administrativo que respeite o contraditório e ampla defesa, com as penas previstas no art. 86 e seguintes da mesma Lei.

Monte Carmelo /MG, 30 de março de 2021.

Ana Paula Pereira
Secretária Municipal de Fazenda

Iscleris Wagner Gonçalves Machado
Presidente da CPL



ANEXO II MINUTA CONTRATUAL

Processo nº: 39/2021

Modalidade: Tomada de Preços 01/2021

Edital nº: 01/2021

Tipo: Menor Preço Global.

Objeto: Refere-se à Contratação de empresa para prestação de serviços de assessoria especializada em diagnóstico técnico situacional, elaboração de projetos, realização de consultoria, orientações e auxílio na busca por estratégias de modernização da administração pública, auxiliando a gestão pública na organização e preparação de processos e documentos com o fito de captação de recursos junto a instituições financeiras para financiamento de serviços e produtos com o escopo melhorar a capacidade de gestão e eficiência administrativa, buscando aumento da receita, melhoria dos serviços prestados à população, execução de obras e infraestrutura, a depender do projeto a ser elaborado, nos termos do objeto detalhado, conforme termo de referência constante do Anexo I.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
TÉCNICOS ESPECIALIZADOS. CONTRATO N.º ____/ 2021,
QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO e a EMPRESA

PREÂMBULO

Pelo presente instrumento, que entre si celebram o município de Monte Carmelo, com sede nesta cidade à Praça Getúlio Vargas nº 272, inscrita no CGC/MF sob o nº 18.593.103/0001-78, neste ato representado pela Secretária Municipal de Fazenda, Ana Paula Pereira, brasileira, solteira, inscrita no CPF/MF sob o nº _____, residente e domiciliada nesta cidade, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado a empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, estabelecida _____ doravante denominada simplesmente CONTRATADA, neste ato representada pelo (a) Sr.(a) _____, portador (a) da Cédula de Identidade nº. _____ SSP/___ e CPF (MF) nº. _____, têm entre si justo e avençado, e celebram o presente contrato objetivando _____, conforme Edital da Toma de Preços nº. 01/2021 e a Proposta apresentada pela CONTRATADA, constantes do Processo nº. 39/2021, sujeitando-se CONTRATANTE e CONTRATADA às normas disciplinares da Lei nº. 8.666/93, e suas alterações, mediante as cláusulas e condições que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1 – O presente contrato tem como objeto, a prestação de serviços de assessoria especializada em diagnóstico técnico situacional, elaboração de projetos, realização consultoria, orientações e auxílio na busca por estratégias de modernização da administração pública, auxiliando a gestão pública na organização e preparação de processos e documentos com o fito de captação de recursos junto a instituições financeiras para financiamento de serviços e produtos com o escopo melhorar a capacidade de gestão e eficiência administrativa,



buscando aumento receita, melhoria dos serviços prestados à população, execução de obras e infraestrutura, a depender do projeto a ser elaborado, nos termos do objeto detalhado no termo de referência constante no ANEXO I, do Edital de Tomada de Preços nº 01/2021.

2 – Este contrato fica vinculado aos termos do Edital da Toma de Preços nº. 01/2021, bem como a proposta apresentada pela contratada e seus anexos, constante do Processo nº. 39/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS E DO PAGAMENTO

1 – O valor total deste contrato é de R\$ _____ (_____), incluindo todos e quaisquer custos diretos e indiretos, inclusive todos os impostos incidentes sobre as notas fiscais emitidas e demais encargos, despesas com elaboração, aprovação e autorização para execução de projetos, enfim todos os custos diretos e indiretos necessários para entrega completa do objeto discriminado no Edital da Licitação.

O pagamento dos serviços da consultoria deverá ser da seguinte forma:

a) **60% do valor global**, correspondente a R\$ _____ (_____) divididos em 04 parcelas mensais, sucessivas e iguais de R\$ _____ (_____), pagas nas seguintes etapas:

- a. Relatório de Levantamento de Dados;
- b. Apresentação do Pré-projeto para aprovação;
- c. Apresentação do Projeto;
- d. Protocolo na instituição.

*Se o contratado finalizar os serviços antes, serão adiantados os pagamentos com a conclusão das etapas e aprovação do projeto.

b) **40% do valor global**, correspondente à R\$ _____ (_____), pago em parcela única após a aprovação do projeto pela instituição financeira destinatária.

2 – Os preços serão fixos e irrevogáveis;

3 – Os preços excepcionalmente poderão ainda ser revistos, para mais ou para menos na superveniência da legislação federal, estadual ou municipal, ou de atos ou fatos imprevisíveis, ou previsíveis de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos que altere ou modifique as relações que as partes pactuaram inicialmente, de forma a manter o equilíbrio econômico e financeiro do contrato;

4 – Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

5 - Nenhum pagamento será efetuado à proponente vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira ou previdenciária, sem que isso gere direito à alteração de preços ou compensação financeira por atraso de pagamento;

6 - O contratado tem a obrigação de manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

1. Os serviços desta consultoria terão a seguinte abrangência:

1.1. Levantamento de dados para Diagnóstico:

- a) Prazo: 30 dias a partir da emissão da ordem de serviço;
- b) Metodologia: pedido de dados e documentos aos servidores municipais, análises econômico-financeiras e estruturais, consolidação de informações de acordo com as especificações a serem acostados ao projeto;
- c) Comprovante da Etapa: apresentação de relatório;

1.2. Elaboração e Definição do Projeto e sua Área:



- a) Prazo: 60 dias após o encerramento da etapa de diagnóstico;
- b) Metodologia: definição do programa de investimento mais adequado às necessidades identificadas; aplicação das regras específicas exigidas pela instituição financeira destinatária do projeto; e, aplicação de exigências contidas neste termo;
- c) Comprovante da Etapa:
 - i - apresentação de um pré-projeto em até 30 dias depois da fase de levantamento e, após aprovação pela administração;
 - ii - apresentação de projeto final em até 30 dias após a aprovação do pré-projeto para encaminhamento;

1.3. Preparação de Processo e Acompanhamento para Aprovação:

- a) Prazo:
 - i. 30 dias para preparação do processo e protocolo do projeto final;
 - ii. Do protocolo do projeto até o prazo máximo de vigência contratual ou a aprovação pela instituição, o que vier antes;
- b) Metodologia: orientações, saneamento de dúvidas, envio de informações procedimentais, diligências, entre outras;
- c) Comprovante da Etapa: saneamento de dúvidas, respostas a eventuais diligências, boletins de informação de andamento processual, etc.;

1.4. As etapas e condições acima descritas não impedem a contratada de realizar e empregar outros tipos de metodologias úteis ao resultado final dos serviços, bem como, que possam encurtar o prazo de entrega dos serviços, respeitando a qualidade exigida.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1 - As despesas decorrentes da presente licitação ocorrerão à conta da seguinte dotação orçamentária: 02.02.61.01.04.121.4001.00.2.991.3.3.90.39.99.0010 – F720 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO CONTRATUAL

- 1- O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir de a contar da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado de acordo com as disposições da Lei 8.666/93;
- 2 - A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto contratado, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 1- Disponibilizar para a CONTRATADA, informações e documentos necessários para que a assessoria seja realizada em tempo hábil para cumprimento das obrigações contratuais e contábeis perante os órgãos de controle externo, sendo responsabilidade do CONTRATANTE penalizações por entregas intempestivas;
- 2- Disponibilizar servidores para tratar diretamente com a CONTRATADA, possibilitando uma celeridade no levantamento de informações, na elaboração do projeto e na conclusão dos serviços;
- 3- Fiscalizar a execução contratual em cada liquidação da despesa através de seus servidores, gestor de contratos e gestores das secretarias vinculadas;
- 4- Notificar a CONTRATADA execução de serviços em desconformidade com o objeto e metodologias descritas neste contrato, para que, sendo o caso, abrir processo para apurar eventuais irregularidades;



5- Realizar o pagamento dos valores contratados de forma mensal, dentro do prazo estabelecido neste contrato, conforme condições de pagamento destacados na cláusula segunda.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 1- Prestar os serviços de maneira compatível com as regras contratuais, mormente quanto ao objeto (cláusula primeira) e à metodologia de prestação (cláusula segunda);
- 2- Executar os serviços com técnica, mantendo equipe técnica preparada e especializada para assessorar o Município nas questões atinentes ao objeto;
- 3- Manter a administração ciente dos andamentos e das etapas previstas neste termo e comunicar quanto à necessidade de providência específicas a cargo da CONTRATANTE;
- 4- Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, obrigações assumidas, nem subcontratar, exceto em condições expressa e previamente autorizadas pela administração;
- 5- Expedir todos os relatórios e formalizar projetos, bem como, juntar estes ou relatório de execução de serviços para comprovação dos serviços executados;
- 6- Manter durante toda a execução contratual as condições de regularidade e habilitação que motivaram sua contratação, mormente quanto à equipe técnica especializada.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

1. Deverá a CONTRATADA observar, também, o seguinte:
2. É expressamente proibida a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do CONTRATANTE durante a vigência deste contrato;
3. É expressamente proibida, também, a veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração do CONTRATANTE;
4. Este contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei 8.666/93, desde que haja interesse da Administração do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas adequadas a este contrato;
5. Durante a sua vigência, o contrato será acompanhado e fiscalizado pela Secretaria Municipal Planejamento e Comunicação Social através de servidor devidamente autorizado para tal, representando o CONTRATANTE;
6. O representante anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;
7. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas à Secretaria Municipal Planejamento e Comunicação Social, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;
8. Além do acompanhamento e da fiscalização, o gestor do contrato designado pela CONTRATANTE poderá, ainda, sustar qualquer execução que esteja em desacordo com o especificado, sempre que essa medida se tornar necessária;
9. O obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pela execução do contrato, a CONTRATANTE reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessas responsabilidades, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre a execução do objeto contratual, diretamente ou por prepostos designados.

CLAUSULA NONA - DAS PENALIDADES

- 1 - O descumprimento total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecidas, sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas nos artigos 86 a 88 da Lei federal nº 8.666/93, com



suas posteriores alterações, garantida prévia e ampla defesa em processo administrativo, sendo destacadas as seguintes:

- a) advertência;
 - b) multa, de 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato;
 - c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CONTRATANTE, por prazo de até 2 (dois) anos;
2. Ficará impedida de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 2 (dois) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, a CONTRATADA que:
- 2.1 - Ensejar o retardamento da execução do objeto deste contrato;
 - 2.2 - Não mantiver a proposta, injustificadamente;
 - 2.3 - Comportar-se de modo inidôneo;
 - 2.4 - Fizer declaração falsa;
 - 2.5 - Cometer fraude fiscal;
 - 2.6 - Falhar ou fraudar na execução deste contrato;
3. Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores do CONTRATANTE e, no que couber, às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93;
4. Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração do CONTRATANTE, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas nos itens 1 a 3 desta Cláusula;
5. As sanções de advertência e de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com a de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

CLÁUSULA DÉCIMA- DA RESCISÃO

1. O inadimplemento de qualquer das obrigações ora estabelecidas, ensejará sua rescisão em conformidade com artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.
2. A rescisão deste contrato poderá ser:
 - 2.1 - Determinada por ato unilateral e escrita da Administração do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei mencionada, notificando-se a CONTRATADA com a antecedência mínima de 10 (dez) dias;
 - 2.2 - Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração do CONTRATANTE;
 - 2.3 - Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.
3. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.
 - 3.1 - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

- 1.1 – Com fulcro nos art. 58, inciso III e 67 da Lei nº 8.666/1993, que impõe a administração o dever de fiscalizar a execução do contrato, combinado com a art. 55, XIII, da referida lei, o contrato exige a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, Certificado de Regularidade do FGTS, Certidão Negativa de Débitos Previdenciários, Certidão que comprove a regularidade fiscal junto às fazendas Municipal, Estadual e Federal antes da efetivação de cada pagamento aos contratados;



- 1.2 – Passa-se a exigência descrita acima a ser condicionante para o pagamento;
- 1.3 – Serão liberados os pagamentos dos contratados que já tiverem apresentado as certidões negativas supra transcritas, anteriormente, estando estas dentro do prazo de validade;
- 1.4 - A prestação dos serviços será acompanhada e fiscalizada pela CONTRATANTE por intermédio de responsáveis especialmente designados, cabendo a este anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, cabendo a estes a aceitação dos serviços e atesto das faturas;
- 1.5 – Além do acompanhamento e fiscalização dos serviços, os responsáveis designados poderão, ainda, sustar qualquer execução que esteja em desacordo com o estabelecido, sempre que essa medida se tornar necessária;
- 1.6 – A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pelos danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA INDICAÇÃO DO GESTOR (A) DO CONTRATO

- 1 - O gestor do contrato será indicado pela Secretaria Municipal Planejamento e Comunicação Social no momento da elaboração do contrato;
- 2 - A fiscalização do presente contrato será realizada pelo gestor, o qual será responsável pelo acompanhamento do cumprimento das obrigações assumidas neste contrato, reporte de situações anômalas, nos termos do art. 67 da Lei 8.666/93, entre outras competências disciplinadas por ato do Executivo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DO FORO

- 1.As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de MONTE CARMELO, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.
2. E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, às quais, depois de lidas, são assinadas pelas representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo, e publicado o extrato do contrato na forma da lei.

Monte Carmelo, _____ de _____, de 2021

CONTRATANTE

Prefeitura Municipal de Monte Carmelo
Ana Paula Pereira (Secretária Municipal de Fazenda)

EMPRESA CONTRATADA/ CNPJ:

Nome do responsável legal/ CPF:

TESTEMUNHAS:

NOME:

CPF:

NOME:

CPF:



ANEXO III
MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

Processo nº: 39/2021

Modalidade: Tomada de Preços 01/2021

Edital nº: 01/2021

Tipo: Menor Preço Global.

Objeto: Refere-se à Contratação de empresa para prestação de serviços de assessoria especializada em diagnóstico técnico situacional, elaboração de projetos, realização de consultoria, orientações e auxílio na busca por estratégias de modernização da administração pública, auxiliando a gestão pública na organização e preparação de processos e documentos com o fito de captação de recursos junto a instituições financeiras para financiamento de serviços e produtos com o escopo melhorar a capacidade de gestão e eficiência administrativa, buscando aumento da receita, melhoria dos serviços prestados à população, execução de obras e infraestrutura, a depender do projeto a ser elaborado, nos termos do objeto detalhado, conforme termo de referência constante do Anexo I.

Pela presente, credenciamos o (a) Sr.(a), portador (a) do RG nº. e CPF nº., a participar do procedimento licitatório, na modalidade Tomada de Preço Nº 01/2021, instaurado por essa entidade licitante.

Na qualidade de representante legal outorga-se ao(a) acima credenciado(a), dentre outros poderes.

.....
(Local e Data)

.....
(representante legal)



ANEXO IV
MODELO RESUMO DA PROPOSTA DE PREÇO

Processo nº: 39/2021

Modalidade: Tomada de Preços 01/2021

Edital nº: 01/2021

Tipo: Menor Preço Global.

Objeto: Refere-se à Contratação de empresa para prestação de serviços de assessoria especializada em diagnóstico técnico situacional, elaboração de projetos, realização de consultoria, orientações e auxílio na busca por estratégias de modernização da administração pública, auxiliando a gestão pública na organização e preparação de processos e documentos com o fito de captação de recursos junto a instituições financeiras para financiamento de serviços e produtos com o escopo melhorar a capacidade de gestão e eficiência administrativa, buscando aumento da receita, melhoria dos serviços prestados à população, execução de obras e infraestrutura, a depender do projeto a ser elaborado, nos termos do objeto detalhado, conforme termo de referência constante do Anexo I.

À Comissão Permanente de Licitações de Monte Carmelo

Prezados Senhores,

Pela presente, apresentamos e submetemos à apreciação de V.Sa., nossa Proposta relativa à Licitação em epígrafe, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham ser verificados na sua preparação. O preço, a ser considerado para fins de Licitação e Contrato, referido à data da abertura dos Documentos de Habilitação e Proposta, é de:

R\$ ()

Esses valores incluem todos os custos decorrentes da execução dos serviços referidos na presente proposta, como impostos, estadia, alimentação, combustíveis, funcionários e outros.

Do Prazo:

O prazo para execução dos serviços, conforme determinação do edital, iniciar-se-á da data da assinatura do contrato e terá vigência de 12 (doze) meses.

Da Validade Da Proposta:

A Empresa proponente se compromete a assumir as obrigações decorrentes desta proposta pelo prazo de 60 (sessenta) dias. Após esse período, se por ventura o órgão quiser requerer a prestação dos serviços dispostos, poderá requisitar nova proposta para verificação dos valores dos serviços atualizados à época da requisição.

Sem mais para o momento, subscrevemos, Atenciosamente,

.....
(Local e Data)

.....
(representante legal)



ANEXO V
MODELO DE DECLARAÇÃO DA INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES
IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO

Processo nº: 39/2021

Modalidade: Tomada de Preços 01/2021

Edital nº: 01/2021

Tipo: Menor Preço Global.

Objeto: Refere-se à Contratação de empresa para prestação de serviços de assessoria especializada em diagnóstico técnico situacional, elaboração de projetos, realização de consultoria, orientações e auxílio na busca por estratégias de modernização da administração pública, auxiliando a gestão pública na organização e preparação de processos e documentos com o fito de captação de recursos junto a instituições financeiras para financiamento de serviços e produtos com o escopo melhorar a capacidade de gestão e eficiência administrativa, buscando aumento da receita, melhoria dos serviços prestados à população, execução de obras e infraestrutura, a depender do projeto a ser elaborado, nos termos do objeto detalhado, conforme termo de referência constante do Anexo I.

DECLARAÇÃO

.....inscrito no CNPJ no, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a), portador da Carteira de Identidade no e do CPF no
DECLARA, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

.....
(Local e Data)

.....
(representante legal)



ANEXO VI
DECLARAÇÃO DE EMPREGABILIDADE DE MENORES DE 18 ANOS

Processo nº: 39/2021

Modalidade: Tomada de Preços 01/2021

Edital nº: 01/2021

Tipo: Menor Preço Global.

Objeto: Refere-se à Contratação de empresa para prestação de serviços de assessoria especializada em diagnóstico técnico situacional, elaboração de projetos, realização de consultoria, orientações e auxílio na busca por estratégias de modernização da administração pública, auxiliando a gestão pública na organização e preparação de processos e documentos com o fito de captação de recursos junto a instituições financeiras para financiamento de serviços e produtos com o escopo melhorar a capacidade de gestão e eficiência administrativa, buscando aumento da receita, melhoria dos serviços prestados à população, execução de obras e infraestrutura, a depender do projeto a ser elaborado, nos termos do objeto detalhado, conforme termo de referência constante do Anexo I.

DECLARAÇÃO

(Empresa Licitante), inscrita no CNPJ sob o nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a)....., portador do RG nº..... e do CPF nº., DECLARA, sob as penas da lei, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº. 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().
(assinalar com “x” a ressalva acima, caso verdadeira)

.....
(Local e Data)

.....
(representante legal)



ANEXO VII
DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO E ACEITABILIDADE DAS CONDIÇÕES DO
EDITAL

Processo nº: 39/2021

Modalidade: Tomada de Preços 01/2021

Edital nº: 01/2021

Tipo: Menor Preço Global.

Objeto: Refere-se à Contratação de empresa para prestação de serviços de assessoria especializada em diagnóstico técnico situacional, elaboração de projetos, realização de consultoria, orientações e auxílio na busca por estratégias de modernização da administração pública, auxiliando a gestão pública na organização e preparação de processos e documentos com o fito de captação de recursos junto a instituições financeiras para financiamento de serviços e produtos com o escopo melhorar a capacidade de gestão e eficiência administrativa, buscando aumento da receita, melhoria dos serviços prestados à população, execução de obras e infraestrutura, a depender do projeto a ser elaborado, nos termos do objeto detalhado, conforme termo de referência constante do Anexo I.

DECLARAÇÃO

(Empresa Licitante), inscrita no CNPJ sob o nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a)....., portador do RG nº..... e do CPF nº., DECLARA, sob as penas da lei, que conhece aceita integralmente os termos e condições da presente Licitação estabelecidas no Edital e seus anexos, bem como as disposições contidas na Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

.....
(Local e Data)

.....
(representante legal)



ANEXO VIII
DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA AO DIREITO DE INTERPOR RECURSO

Processo nº: 39/2021

Modalidade: Tomada de Preços 01/2021

Edital nº: 01/2021

Tipo: Menor Preço Global.

Objeto: Refere-se à Contratação de empresa para prestação de serviços de assessoria especializada em diagnóstico técnico situacional, elaboração de projetos, realização de consultoria, orientações e auxílio na busca por estratégias de modernização da administração pública, auxiliando a gestão pública na organização e preparação de processos e documentos com o fito de captação de recursos junto a instituições financeiras para financiamento de serviços e produtos com o escopo melhorar a capacidade de gestão e eficiência administrativa, buscando aumento da receita, melhoria dos serviços prestados à população, execução de obras e infraestrutura, a depender do projeto a ser elaborado, nos termos do objeto detalhado, conforme termo de referência constante do Anexo I.

DECLARAÇÃO

(Empresa Licitante), inscrita no CNPJ sob o nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a)....., portador do RG nº..... e do CPF nº., DECLARA, sob as penas da lei, que renuncia ao direito de interpor recurso de toda a fase de HABILITAÇÃO do presente certame, conforme dispõe o art. 43, III da Lei 8.666/93 e suas alterações, podendo a Comissão prosseguir nos trabalhos licitatórios.

.....
(Local e Data)

.....
(representante legal)



ANEXO IX
DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA (ME) OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)

Processo nº: 39/2021

Modalidade: Tomada de Preços 01/2021

Edital nº: 01/2021

Tipo: Menor Preço Global.

Objeto: Refere-se à Contratação de empresa para prestação de serviços de assessoria especializada em diagnóstico técnico situacional, elaboração de projetos, realização de consultoria, orientações e auxílio na busca por estratégias de modernização da administração pública, auxiliando a gestão pública na organização e preparação de processos e documentos com o fito de captação de recursos junto a instituições financeiras para financiamento de serviços e produtos com o escopo melhorar a capacidade de gestão e eficiência administrativa, buscando aumento da receita, melhoria dos serviços prestados à população, execução de obras e infraestrutura, a depender do projeto a ser elaborado, nos termos do objeto detalhado, conforme termo de referência constante do Anexo I.

DECLARAÇÃO

(Empresa Licitante), inscrita no CNPJ sob o nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a)....., portador do RG nº..... e do CPF nº., DECLARA, sob as penas da lei, que se ENQUADRA como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, não havendo nenhum dos impedimentos previstos nos incisos do § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e art. 11 do Decreto nº 6.204/2007. DECLARA, ainda, estar ciente das SANÇÕES que lhe poderão ser impostas, conforme disposto no respectivo Edital e no art. 299 do Código Penal, na hipótese de falsidade da presente declaração.

.....
(Local e Data)

.....
(representante legal)